



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA

Alameda dos Mulungus Nº 32 - 3º. 10 - Caminho das Árvores - Salvador (BA) - CEP: 41.520-490
Telefone: (71) 3505-6800 - Fax: (71) 3505-6822 - e-mail: cjudonacgu@gu.gov.br

FOLHA DE DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Juntem-se ao processo a Guia Nº 0965/2015 - P e os documentos afirmativamente elencados abaixo:

| TIPO DE DOCUMENTO: | Sim | Não |
|--|-------------------------------------|-------------------------------------|
| PARECER | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| DESPACHO | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| COTA | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| NOTA | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Cumprimento pelo Consulente do ITEM 5.2 da PORTARIA NORMATIVA Nº 5/2012 da SLTI do MPOG - NUMERAÇÃO DE FOLHAS E DE PEÇAS | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Salvador (BA), 30 de novembro de 2015.

Ida da Ascensão C.S. de Oliveira
Contadora CRC-BA 6.561/M-9
Matrícula SIAPE 453.516



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA

Alameda dos Molungos Nº 32 - Qd. 10 - Caminho das Árvores - Salvador (BA)
Telefone: (71) 3505-6800 - Fax: (71) 3505-6822 - e-mail: cju.ba@agu.gov.br

GUIA DE REMESSA PROCESSUAL - 0965/2015-P

| | |
|----------------------|-------------------------------------|
| DESTINATÁRIO: | Comando da 6ª Região Militar |
| Endereço: | Av. Duque de Caxias, S/N, Mouraria. |
| CEP e Cidade: | 40040-110-Salvador - BA. |

DADOS DO PROCESSO

| | |
|--------------------|----------------------|
| NUP: | 64299.001777/2015-61 |
| ASSUNTO: | Pregão SRP |
| OBSERVAÇÃO: | 02 volumes |

PEÇA PRODUZIDA

| Documento Juntado ao Processo: | Outros Especificar: | NÚMERO: | DATA: |
|-----------------------------------|---------------------|-----------|------------|
| Parecer | | 0965/2015 | 30/11/2015 |

USO UNIDADE PROTOCOLIZADORA DO DESTINATÁRIO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 6ª REGIÃO MILITAR
(Governo das Armas da Província da Bahia - 1821)
REGIÃO MARECHAL CANTUÁRIA
Praça Duque de Caxias - Mouraria - Salvador (BA) - CEP 40040-110. e-mail:
licitacaoextarm@hotmail.com

OFÍCIO Nº - 42/SALC - 6ª RM

Local, 11 de novembro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor

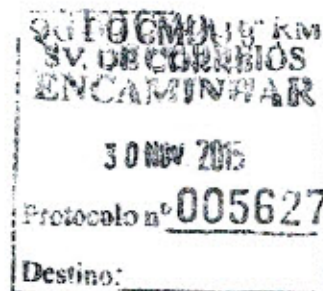
MANOEL OLIVEIRA MURICY

Consultor Jurídico da União no Estado da Bahia

Consultoria Jurídica da União no Estado da Bahia

Alameda dos Mulungus Nº 32 - Qd. 10 - Caminho das Árvores.

CEP - 40820-490 -Salvador - BA.



Assunto: **Emissão de Parecer Jurídico**

Senhor Consultor,

1. Encaminhamos o **Processo Administrativo nº 64299.001777/2015-61** para emissão de parecer jurídico com os seguintes dados básicos:

- a) Objeto: Pregão SRP para aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e máquinas diversas.
- b) Valor da Pretensão: R\$ 169.527.139,98;
- c) Data de Vencimento de Contratos: o instrumento vinculante será a nota de empenho, para entrega imediata e integral;
- d) Interessados: Comando da 6ª Região Militar, Escola de Formação Complementar, do Exército, Centro de Intendência da Marinha e demais participantes..

Atenciosamente,

ADVOCACIA - GERAL DA UNIÃO
Consultoria Jurídica da União no Estado da Bahia

RUBEM MENDES DA COSTA NETO - Cel
Ordenador de Despesas

PROTOCOLO
Data 11/11/15
Recebido 16/11/15 hs



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA

Alameda dos Mulungus Nº 32 – Qd. 10 – Caminho das Árvores – Salvador (BA)-CEP:41.820-490
Telefone: (71) 3505-6800 – Fax: (71) 3505-6822 – e-mail: cju.ba@agu.gov.br

PARECER CJU-BA/CGU/AGU/Nº 0965/2015

PROCESSO Nº: 64299.001777/2015-61

INTERESSADO: COMANDO DO EXÉRCITO

ASSUNTO: Pregão para Registro de Preços – Aquisição de móveis e equipamentos

Valor estimado: R\$ 169.527.139,98

EMENTA: LICITAÇÃO. PREGÃO. SRP. Licitação na modalidade de Pregão, do tipo menor preço, objetivando a aquisição de moveis e equipamentos para atender às necessidades do órgão consulente e participantes objetivando futura e eventual contratação. Pela aprovação das minutas anexas, desde que observadas as recomendações contidas neste parecer.

I – RELATÓRIO

A **UNIÃO**, por intermédio do **COMANDO DO EXÉRCITO - HOSPITAL GERAL DE SALVADOR** submete a exame desta Consultoria Jurídica, em conformidade com o art. 30, IX, do Decreto nº 5.450, de 2005 e art. 9º, §4º do Decreto 7.892/2014, alterado pelo decreto 8.250/2014, as minutas inseridas no presente procedimento licitatório, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, visando ao Registro de Preços para eventual e futura aquisição de mobiliário e equipamentos elétricos, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência e seu Anexo A.

02. Os autos, formados por dois volumes, estão instruídos com:

- 1) Lista de verificação; Requisição nº 08/2015 (fls. 02/21);
- 2) Autorização para abertura de Licitação (fl. 22);
- 3) Termo de Justificativa (fl. 23);
- 4) IRP e manifestações de interesse (fl. 25/169);
- 5) Orçamentos;

(Assinatura)

- 6) Minuta de edital;
- 7) Termo de Referência e despacho de aprovação
- 8) Minuta da ata de registro de preços;
- 9) Anexos;

03. Foi o processo encaminhado para exame desta Consultoria Jurídica.

I – FUNDAMENTAÇÃO

DO PROJETO EDITAL EFICIENTE E DOS REQUISITOS FORMAIS DO PROCESSO

04. De início, compete registrar que o órgão consulente procurou atingir a meta constante do Acordo de Cooperação firmado com esta Consultoria Jurídica, uma vez que colheu as minutas disponibilizadas na *home page* da CJU/BA e certificou a utilização das mesmas.

05. Há de se apontar, ainda, a necessidade da observância dos requisitos formais do processo. A Administração Pública, ainda na fase interna do procedimento licitatório, deve instruí-lo de acordo com os requisitos formais constantes dos atos normativos cabíveis. A necessidade de autuação, numeração, instrução etc. ficou ainda mais patenteada com o advento da Lei nº. 9.784/1999, como se vê dos seus artigos 5º, 22, §§ 1º e 4º, e 29, § 1º.

06. Em igual sentido preconiza o artigo 8º, da Lei nº. 10.520/2002, para o qual *“os atos essenciais do pregão, inclusive decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos do regulamento previsto no art. 2º”*.

07. Compulsando os autos, verifica-se que todos os requisitos formais legais do processo foram preenchidos. Houve, dentre outros, a devida autuação, a numeração sequencial das folhas, as quais também foram rubricadas, sendo todos os atos produzidos em vernáculo.

DA MODALIDADE ESCOLHIDA

08. Como é cediço, desde que os bens **sejam considerados “comuns”**, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado (Lei nº 10.520, de 2001, art. 1º, parágrafo único), haverá a possibilidade de se licitar por meio de Pregão na forma Eletrônica.



09. No mesmo sentido, o disposto no art. 4º do Decreto nº 5.450, de 2005 assevera: *“Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.”*

10. No presente caso, no Termo de Referência foi declarado que *“os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e Decreto nº 5450, de 2005”*.

11. Neste contexto, estando certificado pelo setor competente do órgão a natureza dos bens a serem adquiridos, entende-se justificada a eleição da modalidade Pregão Eletrônico para a licitação em apreço.

DA PESQUISA DE MERCADO

12. É requisito essencial de validade do SRP a ampla pesquisa de mercado consoante prevê a Lei 8666 (art. 15 §1º), Decreto nº 7.892/2013 (art. 5º, IV), c/c o § 2º, do art. 9º, do Decreto nº 5450/05. A ausência desta pode ensejar a nulidade do SRP.

13. A realização dessa pesquisa é exigência também prevista no art. 40, inc. X da Lei nº 8.666/93, cujo resultado poderá, inclusive, servir de fixação do preço máximo admitido. Sem a realização da citada pesquisa não é possível verificar se as propostas de preços apresentadas pelos licitantes estão compatíveis com o preço corrente no mercado. Consequentemente, não terá a Administração parâmetro válido e seguro para avaliar se o princípio da economicidade, preconizado no art. 70 da Constituição Federal, foi respeitado.

14. Para deflagrar o presente procedimento licitatório, a Administração procedeu a uma estimativa da despesa, contudo, ela está desordenada, o que atrapalha a verificação e não foi finalizada com exame de mapa comparativo de preço. A omissão deverá ser suprida.

DA JUSTIFICATIVA E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

15. A justificativa da necessidade de contratação é exigência da legislação, constante dos artigos 9º, inciso III, do Decreto nº. 5.450/2005, e 3º, inciso I, da Lei nº. 10.520/2002.



16. O órgão apresentou a justificativa, contudo, não apresentou os fundamentos para as quantidades estimadas. É dever ressaltar que, mesmo sendo o Sistema de Registro de Preços um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras (Inciso I, art. 2º, do Decreto 7.892/13) e que não depende, por ocasião do edital, do estabelecimento de dotação orçamentária, não significa que possa ser dispensado o planejamento da contratação. A contratação (futura) não pode ficar vinculada somente ao “contingenciamento orçamentário”. Além de ser justificadamente necessária, deverá ser previamente planejada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17. A Lei nº 8.666, de 1993, estabelece a faculdade da Administração de firmar as contratações decorrentes do SRP (art. 15, § 4º). Não sendo obrigada a contratar, exsurge que não é necessário ao órgão a existência de prévia dotação orçamentária, ao contrário da licitação convencional.

18. Registre-se, ainda, o enunciado da Orientação Normativa nº. 20, de 1º de abril de 2009, do Advogado-Geral da União, segundo a qual *“na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”*.

19. Assim, no **momento da contratação**, o órgão gerenciador ou participante, deve dispor de recursos orçamentários suficientes para fazer frente à despesa prevista, mediante declaração de disponibilidade orçamentária, nos moldes do que dispõe o artigo 7º, § 2º, do Decreto nº. 7.892/2013 e artigo 14 da Lei nº. 8.666/1993 (referente a compras).

DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

20. Nos termos do art. 4º do Decreto nº 7.892/2013, deve ser utilizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços a fim de ser divulgada a relação dos itens que se pretende licitar, e também para que os eventuais órgãos participantes possam manifestar sua concordância com o objeto, conforme dispõem os artigos 5º, II e V e 6, II do Decreto nº 7.892/2013.

21. A Intenção de Registro de Preços foi realizada pelo órgão consulente, conforme se vê dos documentos anexados, havendo apenas um interessado.

DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

22. Quanto à participação de outros órgãos no Sistema de Registro Preços, convém mencionar que estão elencadas no art. 5º, do Decreto 7.892/2013, as obrigações do órgão gerenciador, quais sejam:

Art. 5º **Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:**

(...);

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

(...).

§ 2º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

23. Ou seja, segundo o inciso V do art. 5º do decreto 7.892/2013, cabe ao órgão gerenciador confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência, o que deve ser consignado nos autos.

24. Desse modo, as requisições/quantidades referentes aos *Participantes* deverão ficar consignadas no processo mediante *Termos de Referências* por eles encaminhados, em atenção à legislação regente.



DAS MINUTAS

25. Tecidas tais considerações, passaremos a esquadrinhar as minutas acostadas ao procedimento licitatório, no intuito de verificar se elas guardam perfeita sintonia com a legislação correlata, especialmente as Leis nº 8.666/93 e 10.520, de 2002 e os Decretos nº 5450, de 2005 e 7.892, de 2013, com as alterações do Decreto 8.250 de 2014.

26. A minuta do contrato não foi juntada. Percebe-se da leitura do edital que ela foi substituída pela Nota de Empenho, ocorre que, existem produtos a serem adquiridos – eletrodomésticos – que podem precisar de assistência técnica, sendo assim, havendo obrigação futura, cabe a Administração firmar a avença por Termo de Contrato.

DECRETO N. 7689/2012

27. Devem ser observadas, de igual modo, as recomendações expendidas no **Decreto nº 7.689/12** que estabelece, no âmbito do Poder Executivo Federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços, mormente em relação à autorização da contratação.

28. Por último, mostra-se necessário recomendar a observância do § 6º, do art. 17, do Decreto nº 5.450/2005. Este dispositivo determina que a convocação de interessados para a participação do Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preços deve ser feita simultaneamente no Diário Oficial da União, em meio eletrônico pela *Internet* e em jornal de grande circulação *regional ou nacional*. A publicidade deve acontecer por estes três meios obrigatoriamente, sob pena de nulidade em razão da violação do princípio constitucional insculpido no *caput* do art. 37 da Carta Constitucional de 1988.

III – CONCLUSÃO

29. Ante o exposto, somos pela aprovação das presentes minutas e pelo prosseguimento do procedimento licitatório, desde que observadas as recomendações e aditamentos sugeridos neste opinativo, em especial aqueles constantes dos Parágrafos 15/18 e 28/30.

30. É o Parecer. S.M.J.

Salvador, 30 de novembro de 2015.



KALINE FERREIRA DAVI

Advogada da União